TURISMO NO TOCANTINS: BREVE ESTUDO DA PRAIA DO PRATA

TOURISM TOCANTINS: A BRIEF STUDY OF SILVER BEACH

Maria de Fatima de Albuquerque Caracristi

Jaci Câmara de Albuquerque

RESUMO

O trabalho é resultado de uma pesquisa realizada pelos alunos do Curso de Pós Graduação em Comunicação, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, na disciplina Marketing Turístico com a participação do curso de Hospedagem da IFTO. A intenção era estudar as potencialidades turísticas existentes na praia do Prata, no que diz respeito à satisfação do espaço como área de lazer para a população local, bem como considerar o papel dos órgãos públicos na promoção de uma atividade turística autossustentada que promova a distribuição de novas frentes de trabalho e assegure a integridade ambiental.

Palavra-chave: Turismo. Tocantins. Políticas Públicas. Praia Prata.

ABSTRACT

The paper presents the findings of a survey conducted by the students of the Postgraduate Course in Communication, Society and Environment, Federal University of Tocantins, in the discipline Tourism Marketing course with the participation of IFTO lodeg. The intention was to study the tourism potential of the existing beach Silver, with respect to the satisfaction of the space as a recreational area for local as well as consider the role of public bodies in promoting self-sustaining tourism that promotes the distribution of new work and ensure environmental integrity.

Keyword: Tourism. Tocantins. Public Policy. Silver Beach.

Introdução

O Turismo se tornou uma das atividades econômicas mais produtivas nos países e regiões em desenvolvimento, principalmente, as dotadas de recursos naturais, se tornando em muitas localidades segmento determinante para a sobrevivência e desenvolvimento econômico, social e cultural de muitas comunidades. Os resultados dos comportamentos predatórios gerados por impactos negativos da atividade turística sobre determinadas áreas de fragilidade ambiental tem gerado problemas sérios seja na oferta dos serviços básicos de saneamento e esgoto, seja no risco de escassez de água e as desordens também na área social.

Estamos sobrevivendo e atestando o fracasso do paradigma do desenvolvimento, que veio a gerar um impasse nas políticas oficiais exigindo a necessidade de um novo modelo de transformação social, baseado na cooperação, solidariedade e na exigência da participação popular na concepção, execução e avaliação das diretrizes de comando, que é um dos aspectos que este trabalho pretende abordar através deste artigo.

O trabalho é resultado de uma pesquisa realizada pelos alunos do Curso de Pós Graduação em Comunicação, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, na disciplina Marketing Turístico com a participação do curso de Turismo e Hospitalidade da IFTO. A intenção era estudar as potencialidades turísticas existentes na praia do Prata, no que diz respeito à satisfação do espaço como área de lazer para a população local.

No Tocantins, como em outras áreas a racionalidade econômica tem trazido mais incertezas que confiança acerca do bem estar de um maior número de pessoas em detrimento de uma minoria, fruto de problemas que se apresentam como insolúveis e inexoráveis ao destino de muitos povos.

Este trabalho busca analisar as questões tomando como corpus de estudo a Praia do Prata na tentativa de elucidar o custo benefício que as atividades do turismo postas em prática pelos gestores do governo local promovem na região. A pesquisa in loco ocorreu no ano de 2009.

Fundamentação teórica

A primeira definição de turismo foi dada pelo economista austríaco Herman Von Schullard em 1910 quando diz que "a soma das operações principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região", mas a definição mais difundida foi cunhada por volta de 1942, pelos professores suíços, Walter Hunziker e Kurt Kraph que definem o turismo como sendo "complexo de relações e fenômenos relacionados com permanência de estrangeiros numa localidade, pressupondo-se que estes não exerçam uma atividade principal, permanente e temporária ou remunerada" (WAHAB, p. 23).

Desde 1990 os modelos que representam o turismo são inspirados na ecologia, desde os conceitos de marketing aos códigos de conduta para o comportamento do turista, empresas e instituições de turismo norteiam seus próprios interesses para a questão do meio ambiente. Com argumentos cada vez maiores que culminou no ano de 1990 com âmbito internacional com o surgimento de dois documentos: Turismo e desenvolvimento sustentado - relato da comissão de desenvolvimento sustentado do Conselho Econômico das Nações Unidas em 1999 e Código de ética global para o turismo, da Organização Mundial de Turismo (OMT).

Dos muitos programas e códigos de ética sobre a atividade é certo que como define Krinppendorf (2003) a sobrecarga da natureza e da cultura causada pelo turista continua a aumentar e está longe o restabelecimento da harmonia do sistema, posto que "a harmonia só pode ser instalada numa situação de equilíbrio".

O Centro de Desenvolvimento Sustentável[1] diz que a partir da segunda metade do século XIX, a degradação ambiental e suas catastróficas conseqüências, em nível planetário, originaram estudos que tiveram as primeiras reações no sentido de se conseguir fórmulas e métodos de diminuição os danos ao ambiente. Em 1948, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, na reunião do Clube de Roma, que constatou a falência dos recursos naturais e solicitou o estudo intitulado "Limites do Crescimento", liderado por Dennis Meadows.

[1] Disponível no endereço: http:www.**/**portal/temas/desenvolvimento_sust/noticias.php.

Esse diagnóstico mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do descontrolado crescimento populacional e da superexploração dos recursos naturais e que se não houver estabilidade populacional, econômica e ecológica, tudo um dia acabará. Esses estudos lançaram subsídios para a idéia do desenvolvimento aliado a preservação. Com a intenção de discutir e encontrar soluções para esse problema a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência de Estocolmo, em 1972.

Como resultado, houve a criação da Declaração sobre o Ambiente Humano, que introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Ela determinou ao mundo que tanto as gerações presentes como as futuras tenham reconhecido como direito fundamental a vida num ambiente sadio e não degradado.

No documento Agenda 21 Brasileira – Bases para a discussão (2000, p. 82-85)[2] são mostradas algumas questões intra-urbanas que se apresentam como entraves a sustentabilidade e que estão representadas pela dificuldade de acesso a terra e consequente déficit habitacional; saneamento ambiental (abastecimento de esgotos, resíduos sólidos, drenagem, saúde e saneamento ambiental); transporte e trânsito.

Em Sachs (1993, 37-38) são apresentadas as cinco dimensões do eco desenvolvimento, as quais devem ser consideradas em todos os processos de planejamento de desenvolvimento: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Em outra obra (2000, p. 73), o autor comenta que o eco desenvolvimento requer “planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações envolvidas na proteção da área”.

Rabahy (1990) mostra que a evolução de uma série de acontecimentos econômicos e sociais do mundo transformou o turismo em uma importante atividade econômica mundial e que o montante de divisas arrecadado pelo turismo representa hoje 5% do total das exportações.

[2] NOVAES, W. (Coord.); RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa. Agenda 21 Brasileira- Bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000. 196 p.

Alguns autores como Bryden (1973) apud Mounsier (1970) ao estudar os efeitos do turismo no Caribe pontua que as críticas à expansão do turismo residem nos vários aspectos sociais, principalmente ligados à cultura.

Na acepção de Cruz (2002) a história das políticas urbanas no país envolve concepções errôneas, omissão e participação equivocada do poder público "e, ainda, intervenções acertadas", é segundo a autora uma história que mais revela erros que acertos.

Cruz (2002) apud Caracristi (1994) revela que o setor da construção civil é um dos que recebe maior impacto e revela o fator do problema da concentração de renda e da distribuição do resultado das entradas deixadas pelo turista nas mãos de mega empresários de empreiteiras como ocorreu em Natal, com a implantação da Via Costeira, ou seja, a convicção de que a atividade promove a distribuição da renda sobre todos os setores econômicos, deve ser melhor analisada.

O Período atual é sinalizado pelo agravamento das condições ambientais do final do século XX até o presente. A água é o principal problema, posto que se tornasse um recurso limitado e em vias de escassez, além do efeito do aquecimento global, as ameaças de terrorismo, o problema de pobreza extrema, desequilíbrio social e ressentimentos são pontos que afetam os estudos, acentuando condutas de turismo que sejam pro – ambiental proecológica para uma adequada saída para o problema da necessidade de auto-sustentação das áreas ambientais.

Descrição das propostas

Dados econômicos acerca das entradas e do computo deixado pelo turismo no Brasil é significativo, atingindo cifras estimadas em US$ 2, 997 bilhão da despesa cambial turística, tendo o Brasil computado vendas no ano de 2008 de R$ 15.007 bilhões (EMBRATUR).

Ao mesmo tempo é notório que a exploração das áreas para a atividade turística é necessária posto que é uma das únicas atividades pertinentes em regiões com pouca ou nenhuma tradição industrial e com reservas ambientais estratégicas, para que a população possa gerar e produzir para ampliar o mercado de trabalho e autosustentar-se.

A atividade não se inicia com os gatos dos turistas no país ou na região turística, mas na expansão do mercado de trabalho, que se origina desde os empreendimentos da construção civil, voltados para a infra-estrutura básica: vias de acesso, esgoto, saneamento básico, via de comunicação, eletrificação, como com os investimentos posteriores com a superestrutura convencional da atividade: construção de hotéis, restaurantes, bares, etc.

Pode-se definir a política pública como conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade DIAS (2003). O papel do Estado na organização do turismo é de vital importância, pois estabelece os parâmetros do desenvolvimento da atividade nas suas prioridades e nos impactos sociais que afetam o bem estar da população. Segundo FELLINI (1973, p.73), a atividade turística necessita de três componentes básicos:

a) Infraestrutura de base: que compreende as condições de acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, rodovias, hidrovias, etc.) e as de caráter urbano (redes de energia, água, iluminação, esgotos).
b) Superestrutura turística: que é representada pelo conjunto de elementos que possibilitam a estada dos visitantes em determinado local (acomodação, alimentação, comércio, diversões, agências de viagens, lazer).
c) Indústria turística em sentido estrito: alojamento e alimentação (hotéis, campings, restaurantes, bares, pousadas).

O Tocantins vivencia no momento a equação entre o ecologicamente correto e o economicamente necessário, plagiando a assertiva de Bursztyn (2002) ao mencionar o modelo de desenvolvimento adotado com a expansão da fronteira agrícola do cerrado brasileiro. Expandir as atividades que o Turismo permite significa ampliar as possibilidades de fontes de sobrevivência posto que a atividade já comprovou seu alto impacto econômico.

Ao mesmo tempo são alterados comportamentos e aspectos da cultura da população residente que grosso modo passam a sofrer a pressão econômica dos turistas que impõem hábitos e condutas globalizados, além é claro da constatação de exploração predatória dos recursos naturais, que é o nosso foco de atenção.

Apenas na praia de Araguacema foram registradas aproximadamente 105 mil turistas na temporada de 2007. (ADETUR)

O que Costanza (1993) propõe como definição de sustentabilidade ecológica, ou seja: o sentido de um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que a vida humana possa continuar indefinidamente; e onde os indivíduos possam prosperar; as culturas humanas possam se desenvolver, conquanto que os resultados das atividades humanas obedeçam a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida é bastante questionável no modelo de implementação da atividade turística.

Apesar de todas as condições de beleza e suntuosidade ambiental, as praias urbanas, no caso específico a praia do Prata tem convivido com impactos ambientais e até certo ponto é inibido o potencial de atrativo turístico da localidade pela falta de apoio dos setores estratégicos que deveriam olhar com mais atenção para a potencialidade que as praias oferecem no que tange a geração de emprego e dinamização do comércio local.

A intenção deste breve estudo foi revelar as diferentes particularidades da atividade implementada pelos gestores e governo para a área em questão, avaliar a atenção que as estratégias estão sendo conduzidas na promoção da conduta sustentável, o que é uma importante visão de gestão para as instituições púbicas, ONGs e sociedade de maneira geral na implementação de atitudes que corroborem para a conduta sustentável responsável.

Será que está ocorrendo com os destinos turísticos instituídos pelos panificadores e órgãos de decisões governamentais do Tocantins, impactos negativos que são negligenciados pelos administradores e formuladores das estratégias de desenvolvimento local?

Metodologia

Este estudo pretende ser uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, empírica e exploratória. A pesquisa, no que diz respeito ao desenvolvimento e construção se dividiram:

1. Pesquisa Bibliográfica, Documental e Telematizada – Realizada por meio de consultas e publicações relacionadas com a temática, com o objetivo de levantar o estudo da arte e fundamentar conceitos e abordagens teóricas.

2. Pesquisa de Campo – Realizada a partir de entrevistas (direta e indireta) com os profissionais que atuam nos órgãos gestores da atividade turística no Estado do Tocantins: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente[3] e ADETUR (Agência de Desenvolvimento Turístico) bem como com os atores locais, comunidade de entorno. A aplicação do questionário entre os visitantes da praia do Prata, ocorreu no dia 15 de agosto de 2009. Nesta etapa do trabalho foram entrevistados 50 pessoas que estavam na Praia do Prata no sábado.

3. Estruturação dos Resultados – A partir do diagnóstico obtido com o emprego de questionário e entrevista (Direta e Indireta) visando obter um quadro de indicadores que buscaremos responder a questão norteadora da pesquisa

Discussões e considerações

Localizada na região sudoeste da capital, a aproximadamente nove quilômetros da Praça dos Girassóis, a praia do Prata tem área total de 47.133 m² e o principal acesso é através da Avenida LO-19. A área de banho tem capacidade para comportar cerca de 4.850 banhistas.

[3] Inicialmente selecionamos esses dois órgãos como gestores das áreas, contudo pode haver a necessidade de se estender a pesquisa para outros órgãos públicos.

(Ver Figura 1)

Palmas possui vegetação de cerrado, segundo maior bioma do país, depois da Floresta Amazônica, mas que segundo pesquisas já perdeu metade de sua paisagem natural. Com um ecossistema muito diversificado e muito rico em espécies, o cerrado também comporta a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira: a Araguaia-Tocantins.

Estrategicamente planejada, Palmas é privilegiada por suas paisagens e belezas naturais. A leste encontra-se as Serras Monte do Carmo e Lajeado que proporcionam um clima mais agradável aos moradores e visitantes. Já a oeste, a margem esquerda do rio Tocantins, localiza-se o Lago formado pela UHE de Lajedo.

Em 2001 com a formação do Lago, Palmas que possui um clima tropical, correspondente a um verão bastante quente e chuvoso e um inverno quente e seco, com temperaturas que variam de 25º a 40ºC, passou a ter um clima muito mais quente. Nos meses entre agosto e setembro a situação piora e a umidade do ar cai bruscamente.

As altas temperaturas que todo o Tocantins recebe durante os sete meses de estiagem fazem com que os recursos hídricos, grande potencial do Estado, sejam aproveitados ao máximo pela população local e turistas que visitam a região. Em

Palmas as opções para amenizar o calor vão desde córregos, cachoeiras, até as praias do entorno do Lago que já se tornaram um dos principais atrativos turísticos.

Entre as praias mais freqüentadas de Palmas está à praia do Prata, localizada próxima à unidade de conservação do Prata que perpassa a micro-bacia do prata. No entorno da praia destaca-se uma diversidade de fauna e flora. Em sua extensão a praia abriga árvores nativas entre as barracas de alimentação e os quiosques, que proporcionam um sombreamento aos freqüentadores do local e servem de alternativa para amenizar as altas temperaturas intensificadas nas tardes palmenses em conseqüência do espelho d'água formado pelo Lago.

(ver figura 2)

De acordo com a pesquisa realizada in loco observou-se uma elevada freqüência dos próprios moradores e turistas na praia. Nota-se que o destino é muito procurado pela população local e turista de municípios vizinhos e outros estados limítrofes que a adotam como forma de lazer e recreação.

O resultado do questionário aplicado entre os freqüentadores da praia do Prata surtiu o seguinte resultado:

Perguntados se estavam satisfeitos com as vias de acesso à praia obtivemos um resultado de insatisfação com 65% dos entrevistados dizendo que não estão satisfeitos e 10% dizendo que estão satisfeitos e 30% se dizendo indiferente ao percurso.

A pesquisa revelou também, por meio de questões de múltiplas escolhas, quais as principais necessidades em relação à infraestrutura local, sendo eleitos como ações prioritárias à implantação de uma unidade de saúde, caixas eletrônicos e postos salva-vidas. Para 30% dos entrevistados, o posto de saúde é o item mais importante que precisa ser implantado. Já 29% sentem falta de caixa eletrônico e 22% de posto salva- vidas.

Também se procurou saber o que faltava na praia entre os itens apontados apareceram: caixa eletrônico 60%; posto de saúde 30% postos salva-vidas 10%. Sobre a programação cultural 30% da amostra disseram que faltava diversificar a programação; 30% não estavam satisfeitos deveria haver programação o ano inteiro não apenas na temporada; 20% disseram desconhecer a divulgação da programação e 20% não especificou o motivo da falta de satisfação. Um total de 34% dos entrevistados respondeu que compareceria à praia de houvesse uma programação o ano inteiro. 7% não compareceriam e 9% não soube dizer com certeza.

Nesta questão, perguntou-se o porquê da falta de satisfação com o acesso. Dos 34% que não está satisfeito, 100% justificou que é pela falta de asfalto ou calçamento. Sobre a situação de higiene local 37% disse pôr o lixo nas lixeiras da praia, mas 17% afirmaram deixar no local. Esses 17% justificaram que as lixeiras são posicionadas distantes das mesas e dos quiosques, que deveria haver lixeiras menores sob as mesas.

Sobre a questão de qualidade dos serviços prestados 19% responderam que os preços dos pratos vendidos nos restaurantes é o que há de pior. 17% atribuíram à qualidade da água; 14% responderam que a sujeira da praia. Nesta questão deixou-se aberta a opção “outros” para que o entrevistado pudesse dizer sem a indução da resposta o que realmente o incomoda na praia. 60% responderam que o ataque das piranhas. 20% atribuíram à falta de policiamento, 20% não soube

especificar. 27% dos entrevistados foram mordidos ou sabiam de alguém que havia sido mordido por piranhas. 23% não foram mordidos.

Referências bibliográficas

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (ADTUR). **Diagnóstico temporada de praia 2008**. < http: turismo. to.gov.br/estudos.php>. Acesso em: 17 mar 2008.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**, 8. edição. São Paulo, SENAC, 2003.

BRYDEN, John M. **Tourism and development. A case of the Commonwealth Caribbean**. New York, Cambridge University Press, 1973.

BURSZTYN, Marcel. Org. **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

CARACRISTI, M. F. **Hotéis e barracas de praia. O fenômeno do turismo no crescimento econômico da cidade de Natal** (Tese de Mestrado), São Paulo, ECA-UPS, 1994.

COSTANZA, Robert., PATTEN, B.C. **Defining and Predicting sustaintability Ecological Economics**. 1993.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. E ed. São Paulo, Contexto, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Políticas e desenvolvimento no Brasil do Turismo**. São Paulo. Atlas, 2003.

DUARTE, Laura Maria Goulart e Suzi Huff Theodoro, orgs**. Dilema do Cerrado- entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

FELLINE, Lourdes. Turismo uma atividade municipal. Porto Alegre. Est. 1993.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo. Para uma compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo, Eleph, 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Rio de Janeiro, Cortez, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Disponível em: <http://www.worldtourism.org/facts/wtb.html>. Acesso em: 10 março 2008.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Planejamento do Turismo. Estudos econômicos e fundamentos econométricos**. São Paulo, Loyola, 1990.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.